


RACISMO CONTRA INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NA SUÉCIA, BRASIL E MÉXICO

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-072>

Cristina Gomes

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, FLACSO México

E-mail: cristinagomesmx@gmail.com

RESUMO

Este artigo explora como o racismo e os discursos e práticas estigmatizantes são articulados e normalizados em países colonizadores e colonizados. A pesquisa compara os casos da Suécia, Brasil e México a partir de uma combinação de estruturas - a Teoria Crítica da Raça (Walton, 2019; Ansley, 1997), o conceito neomarxista de racismo institucional e racialização (Cole, 2016 e 2020) e uma estrutura e metodologia decoloniais (Fanon, 1968; Tynan e Bishop, 2022). O racismo tem sido estrutural e sistêmico nas sociedades latino-americanas desde a colonização, quando as autoridades religiosas e reais legitimaram a escravidão indígena e africana nas colônias. Após a independência, as repúblicas livres modernas converteram a legitimação religiosa do racismo em eugenia pseudocientífica e a invenção de raças humanas e o racismo continua oprimindo os descendentes indígenas e africanos. Atualmente, o racismo estrutural continua a ser o comportamento normal nas sociedades ocidentais, não uma exceção. O objetivo desta pesquisa é identificar e comparar o racismo revelado em comportamentos e os discursos por trás deles em duas sociedades colonizadas – Brasil e México – e na Suécia, uma sociedade colonizadora. A questão que orienta a pesquisa comparativa é como e de que maneira o racismo e os discursos e práticas estigmatizantes são articulados e normalizados nos países colonizados e colonizadores. Compreender as principais tendências persistentes nessas sociedades sobre características somáticas eugênicas, como tipo de cabelo, tamanhos de partes do corpo (por exemplo, cabeça), bem como outros símbolos sociais e religiosos coletivos, comportamentos, atitudes e costumes culturais, usados como marcadores discriminatórios. A metodologia qualitativa inclui 69 entrevistas e seis grupos focais nos três países. Os resultados foram analisados a partir de uma reflexividade crítica sobre como o colonialismo e a eugenia impactam as experiências e realidades vividas de ambos os grupos em países colonizados e colonizadores, por meio de práticas históricas e atuais. O racismo tem as mesmas rotas de funcionamento, estruturando relações desiguais, distorções na percepção do outro, marginalização e sofrimento.

Palavras-chave: Racismo. Eugenia. Descolonização. Indígena. Afrodescendentes. Suécia. Brasil. México.

1 INTRODUÇÃO

1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL

As principais abordagens adotadas nesta pesquisa são a Teoria Crítica da Raça (Walton, 2019; Ansley, 1997), e o conceito neomarxista de racismo estrutural e racialização (Cole, 2016 e 2020), questionando o legado colonial, patriarcal e racista reproduzido desde as religiões cristãs medievais até a eugenia nos Estados modernos – como uma pseudociência. O artigo adota também uma estrutura e metodologia decolonial (Fanon, 1968; Tynan e Bishop, 2022).

O colonialismo e o racismo persistiram juntos por séculos, desde o legado religioso e real medieval de povos não europeus como colonizados, sem alma e não humanos. Na era moderna, essa classificação divina inferior mudou para um conceito pseudocientífico de raças, baseado na inferioridade biológica, moral e cognitiva dos povos não europeus, em contraste com a "supremacia" branca ou europeia.

A eugenia justificou a opressão, a exploração e a escravidão de grupos inferiorizados e espaços colonizados, com base em sua suposta imoralidade e incapacidade de autogoverno. Por mais de cinco séculos, com base em explicações religiosas e pseudocientíficas subsequentes, a combinação de colonialismo, escravidão e racismo tem sido um projeto de poder de longo prazo, que reproduz desigualdades e dominações estruturais e sistemicamente sociais, econômicas, políticas, raciais e étnicas por meio do estabelecimento de hierarquias sociais. É provável que pessoas não brancas sejam suspeitas de comportamento criminoso; vítimas de violência policial e força letal, acusações, condenação, prisão, estereótipos, microagressão, segregação, pobreza e recebimento de menos ou menos serviços públicos e privados. Grupos sub-humanos "problemáticos" precisam ser catequizados, civilizados e controlados pelos colonizadores. Práticas explícitas e sutis de racismo e tratamento injusto nas esferas pública e privada reproduziram desigualdades em todas as esferas sociais e econômicas durante séculos. Esta pesquisa tenta explicar como o racismo é o comportamento "normal" nas sociedades colonizadoras e colonizadas ocidentais, não uma exceção.

O racismo estrutural, de acordo com o relatório MacPherson, significa o "fracasso coletivo de uma organização em fornecer um serviço adequado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode ser detectado em processos, atitudes e comportamentos que equivalem à discriminação por meio de preconceito inconsciente, ignorância, irreflexão e estereótipos racistas que prejudicam as minorias étnicas". (MacPherson, 1999). Este conceito foi estendido e desenvolvido pela Teoria Crítica do Racismo e abordagens marxistas.

A racialização reconhece um processo histórico de legitimação e universalização do racismo para entender as complexidades dos grupos que são racializados por meio da colonização e da escravidão (Ashe e McGeever, 2011), mas também por meio da ocupação de terras nas sociedades modernas.



"Esse processo de racialização não se limita à cor da pele e pode ser codificado por cores, não codificado por cores ou hibridista, e deve ser referido a fatores econômicos e políticos relacionados a desenvolvimentos e mudanças, histórica e contemporânea, no capitalismo nacional, continental e global" (Cole, 2020).

Os conceitos de racismo estrutural e racialização têm sido discutidos para articular a análise sobre racismo e discriminação contra os indígenas, afrodescendentes e outros povos historicamente discriminados desde a colonização da Europa Ocidental até a hegemonia da eugenia e hoje.

Mesmo considerando suas disparidades econômicas e sociais, tanto os colonizadores quanto as populações colonizadas tinham um traço comum e universal que enquadra o sistema racializado de desigualdades desde os primeiros anos de colonização em todos os continentes: o racismo estrutural e a racialização foram universalizados por meio das religiões cristãs dos séculos 16 a 18, seguidos por sua posterior legitimação pela ciência desde a modernidade até os dias atuais. Esse quadro universal é analisado neste artigo, comparando o racismo contra indígenas e afrodescendentes em um colonizador e dois países colonizados, buscando continuidades e especificidades do racismo em sociedades econômicas, sociais, culturais e históricas extremamente diversas.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida como um processo reflexivo, situado em contextos sócio-históricos, culturais e políticos, aberto à sabedoria ancestral ou cultural, à escuta profunda e ao engajamento, e a análise levou tempo para integrar as lições oferecidas na literatura e nas entrevistas descolonizadoras, estabelecendo interações relacionais entre os pesquisadores com as visões de mundo de outras pessoas presentes nas conversas comunitárias aprofundando nossa compreensão individual e coletiva. (de Leeuw, 2012).

Este estudo aplicou entrevistas e grupos focais na Suécia, Brasil e México para explorar experiências, comportamentos e motivações sobre racismo e discriminação. Os grupos focais exploram experiências coletivas entre os participantes da pesquisa, trocando e comentando as experiências uns dos outros, gerando consensos e divergências por meio da interação grupal.

Entrevistas face a face e grupos focais não foram estruturados, começando com uma pergunta simples sobre racismo e seguindo com perguntas para promover a discussão; foram gravados em áudio, com o consentimento dos participantes, que foram previamente informados e concordaram em participar voluntariamente, e serem gravados.

Em cada país, os participantes indígenas e afrodescendentes foram selecionados pelo método do arco de neve em localidades previamente selecionadas devido à alta concentração de indígenas e afrodescendentes.

Os entrevistadores se autoidentificaram como indígenas e afrodescendentes, ativistas antirracismo treinados em técnicas qualitativas e protocolo ético.

Na Suécia, foram entrevistados dez indígenas Sami e dez afro-suecos, quinze indígenas e quinze afrodescendentes no México, quatro indígenas e quinze afrodescendentes no Brasil. Em cada país foi organizado um grupo focal, um com indígenas e outro com afrodescendentes.

Os procedimentos éticos incluíram informações e concordância verbal para entrevistar, gravar e publicar, protegendo a identificação.

3 RESULTADOS

3.1 SUÉCIA

A igreja luterana moldou valores, crenças e influenciou o universalismo nórdico, o estado de bem-estar social e a social-democracia nos países nórdicos. (Markkola, 2015). O núcleo ideológico da social-democracia sueca permaneceu reformista e universalista, mas ligado a uma democracia industrial e a um conceito excludente de bem-estar social, considerado um socialismo reformista orientado pelos valores da produtividade, eficiência social e uma sociedade saudável. Ao mesmo tempo, a legitimidade do aumento dos gastos sociais justifica as políticas eugênicas excludentes, ou eugenia social – uma comunidade de bem-estar para "os mais aptos", legitimada por conceitos biológicos, científicos e sociais. Esse tipo de social-democracia garante um amálgama de apoio às políticas sociais com o qual até mesmo membros da direita poderiam se identificar. (Spektorowski e Mizrachi, 2004).

E também é a base da cultura Lagom do igualitarismo - o excepcionalismo nórdico, significando a quantidade certa para todos, a cultura sueca não escrita e as regras que são silenciadas. O excepcionalismo estabelece uma diferença nórdica em relação a outros europeus no colonialismo branco, na supremacia e no racismo anti-negro, e pressupõe uma cultura igualitária baseada na tolerância, nunca odiar ninguém, aceitação e apoio aos refugiados, esforços humanitários, políticas para construir um multiculturalismo igualitário e uma cultura política para a igualdade como mesmice que também inclui uma negação do racismo-sexismo ou um intelectualismo antirracista.

O excepcionalismo sueco também inclui o acolhimento de refugiados e o fornecimento de asilo. No entanto, durante a crise de refugiados de 2015, a imigração síria maciça criou temores de um "colapso do sistema" (Elmilsson, 2019) e o renascimento de movimentos de extrema direita com tantos membros exibindo racismo e xenofobia explícitos (Tomsom, 2020).

3.1.1 Indígenas na Suécia, os Samis

Em contraste com os muçulmanos, o povo indígena Sami e a diáspora africana foram negligenciados na literatura, dados, registros, meios de comunicação e políticas.

Os Sami são grupos indígenas que vivem no norte há milhares de anos, pescando, caçando e cuidando principalmente da terra e das renas, do meio ambiente, como parte de sua história e identidade.

O número total de indígenas Sami é estimado entre 75.000 e 120.000 que partem para as partes do norte da Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia. (Young e Bjerregaard, 2019). Os dados da população Sami são inexistentes hoje e são invisíveis nas estatísticas oficiais (Axelsson et al. 2011). Na Suécia existem cerca de 20.000 Sami vivendo em conflito permanente contra o Estado sueco, devido a ocupações históricas e à exploração de terras Sami, em minas, indústria, energia, infraestrutura, promovendo o deslocamento permanente de Sami para o extremo norte, nas condições climáticas mais difíceis.

Em 1977, o povo Sami foi reconhecido como um povo indígena com cultura e direitos específicos. Eles elegeram um Parlamento Sami e aprovaram o uso das línguas Sami na escola (13 línguas), bem como o programa ambiental, o direito à autodeterminação, terra e água.

O líder entrevistado no Parlamento Sami e nos municípios do norte identifica claramente o racismo estrutural na história da eugenia e da ocupação de terras, e eles se articulam internacionalmente com os movimentos em defesa dos direitos indígenas.

"O racismo é estrutural, o Estado nos desloca de nossas terras, eles apoiam as mineradoras que ocupam e exploram minerais em nossas terras" (Sami man 1)

"Em 1922, o Instituto Estadual de Biologia Racial foi criado para estudar nossos corpos e genética, o tamanho de nossa cabeça, braços, pernas. Eles têm restos mortais do corpo de Sami, que devem ser devolvidos à sua família, sua aldeia e terras, seus descendentes merecem respeito e justiça" (mulher Sami 2)

Os artesãos são organizados em cooperativas e promovem a cultura Sami em todo o país, em ambiente científico para se capacitarem a registrar a história e a cosmovisão Sami a partir de sua própria perspectiva.

"Temos cooperativas, artesãos, artistas, pesquisadores. Estamos escrevendo nossa história, sobre nossa cultura... somos capazes de falar sobre nós mesmos, sobre quem somos". (Mulher Sami 2)

Outros grupos familiares promovem a cosmovisão Sami reproduzindo suas práticas antigas em pequenas comunidades, onde promovem o turismo ambiental baseado nas práticas Sami de agricultura, alimentação, compartilhamento coletivo familiar e bem-estar.

"Aqui produzimos nossas hortaliças, cuidamos de nossas renas, fazemos trocas com a comunidade, cuidamos do meio ambiente, somos empreendedores. Minha esposa era gerente de um hotel perto daqui, ela promoveu nossa cultura de sustentabilidade e atraiu clientes, estávamos desenvolvendo nossa comunidade. No entanto, ela foi substituída por um gerente estrangeiro, não um Sami ". (Grupo focal 1)

Os Sami relatam experiências de racismo ao trabalhar com alguns empreendedores não indígenas. Percebem que seu trabalho pode ser utilizado em um processo de apropriação cultural, por isso, procuram se organizar para continuar reproduzindo suas atividades em grupos organizados, para proteger a identidade, o legado e a história Sami.

No entanto, a maioria dos entrevistados teve dificuldade em falar sobre experiências individuais de racismo cotidiano.

A maioria deles é consciente do colonialismo, da eugenia e do conceito de inferioridade racial, mas essa percepção é mais orientada para os direitos à terra e o cuidado com as renas, e contra o apoio governamental a projetos de desenvolvimento que ocupem suas terras ou destruam o meio ambiente, afetando seu modo de vida, familiares e animais. Nesse sentido, eles são conscientes sobre o racismo estrutural que perpetua o racismo, mesmo em estados pós-modernos e sociedades social-democratas.

Quando questionados sobre experiências de racismo e traumas desde a infância, é difícil para os Sami refazer memórias e se expressar.

Esse esquecimento não pode estar relacionado à alienação, mas os discursos mostram um misto de respeito pela manutenção de sua cultura e imagem com orgulho, preservação da identidade e autoestima e um senso de caminhar em direção ao futuro de forma assertiva, superando obstáculos.

Uma mulher Sami me convidou para visitar sua casa e me apresentou a toda a sua família, me convidou para seu quarto, mostrou-lhe roupas Sami e falou sobre a vida, cultura e diferenças Sami em comparação com os suecos não indígenas.

"Olhe para a minha casa e jardim, e para as casas e jardins do meu vizinho. Você pode ver a diferença? Eles são muito organizados, mas tenho todas as coisas que preciso lá fora, para minha família e netos usarem. Eles veem nossa casa como uma bagunça. Você pode ver que está em uma casa típica Sami: tudo está fora, no jardim, não queremos um jardim perfeito, temos um jardim útil, não estamos preocupados com a aparência, é a vida Sami". (Mulher Sami 2)

Fui convidado para comer, tomar um café, e a entrevista se transformou em uma visita amigável.

A mesma experiência em outra casa Sami na fronteira com a Finlândia: fui convidado para comer com todos os membros da família e vizinhos que moravam ao redor. Recebi um livro sobre preparação de comida Sami, escrito e publicado por um membro da comunidade Sami, fui convidado a nadar no lago e a desfrutar do ambiente, a passear e a conhecer a aldeia, a conhecer o seu artesanato e as tendas de madeira construídas com a arquitetura Sami.

O modo de vida, os valores, as relações, as trocas e as práticas coletivas Sami são um componente essencial da cultura Sami, e eles lutam para preservar o direito de continuar reproduzindo sua cultura, identidade própria e valores coletivos.



Um senso de autopreservação é claro quando um homem falou sobre experiências muito sofridas de racismo. Apenas dois Sami foram capazes de falar sobre essas experiências, lembrando-as e identificando-as apenas desde a infância. E demorou muito para falar sobre isso, primeiro eles negaram ter alguma experiência, mas sutilmente se lembraram de um episódio traumático e não foram capazes de controlar suas emoções.

"Eu era criança, na escola, outros meninos me chamavam de demônio" ... (Homem adulto Sami 1, chorando).

"Na escola, eles me chamavam desses nomes ... Não posso dizer os nomes, dói-me até agora" (jovem Sami 1)

Para entender por que essa palavra o machucara tanto, a jovem interrompeu a entrevista e saiu do local, mas os homens me responderam:

"Naquela época, a pior coisa para chamar um sueco era um "demônio", e o povo Sami era chamado de "demônios". Mas hoje, a pior coisa a chamar um sueco é racista"

Para ter a perspectiva de nenhum sueco indígena, tentei entrevistar duas mulheres em duas localidades diferentes onde vivem os Sami e perguntei a elas sobre o racismo na Suécia.

Uma mulher se referiu explicitamente ao povo Sami como um problema: "Se estou dirigindo e machuquei uma rena, tenho que pagar por isso, é um absurdo, o povo Sami tem tantos privilégios" (sem mulher indígena 1).

Outra mulher, vestindo roupas Sami, simplesmente negou o racismo na Suécia, reafirmando a cultura Lagom e negando a cultura Sami. Esse processo de apropriação do uso de roupas Sami para fingir ser um Sami parece um processo de apropriação cultural por algumas mulheres de classe média que vivem em um município conhecido como cidade Sami, onde um museu Sami, cooperativas de arte e artesanato e grupos organizados de povos indígenas são relevantes para a economia e o turismo locais.

"Não há racismo aqui, eu moro em um país perfeito" (Mulher sueca branca 2, vestindo roupas Sami, não se identifica como Sami).

Esse ponto de vista individualista e idealizado está claramente em contraste e oposição com o discurso e os costumes coletivos e realistas observados nas entrevistas com indígenas reais.

3.1.2 Afro Suécia

A partir da década de 1970, a imigração da África aumentou devido a guerras civis (de 596 em 1960 para 103.077 em 2009). Hoje, existem cerca de 250.000 africanos e descendentes de africanos vivendo na Suécia. (Statista, 2022).



Os censos e registros da população na Suécia não perguntam sobre a autoidentificação étnica ou racial. A única maneira de identificar a diáspora africana é através da pergunta sobre o país de origem.

"As crianças nascidas na Suécia recebem a mesma cidadania que os pais. Se os pais da criança forem cidadãos de um país fora da UE, os pais devem solicitar uma autorização de residência para a criança." (Migrationsverket, 2024).

Os imigrantes de hoje são percebidos como um problema para a democracia e o estado de bem-estar social da Suécia. Embora os muçulmanos sejam os mais percebidos como uma característica, os afrodescendentes experimentam um tipo específico de racismo, baseado na abordagem eugênica. A construção racista sobre o corpo africano, o comportamento moral inferior e perigoso e as capacidades cognitivas e intelectuais inferiores foi identificada pelos afro-suecos entrevistados:

"Eles acham que têm o direito de tocar no meu cabelo e fazer comentários sobre isso. Você pode imaginar se eu tocar o cabelo deles? Dizem que é apenas curiosidade, mas é meu corpo, meu cabelo, e supõe-se que os suecos considerem tocar outro corpo como um desrespeito. No entanto, meu cabelo é uma exceção, para ser tocado, para satisfazer sua curiosidade". (Jovem Sueco Africano 2)

"Eles nos pedem para dançar para eles, por favor, dance, dance para nós e ria. Eles nunca pedem aos suecos que façam isso" (Jovem Africano-Sueco3)

"Os professores nunca dão como "A", apenas "C", nós nos esforçamos muito, mas não importa, sempre teremos um nível "C". (Adolescentes, grupo focal 2)

"Ele me pediu para não tocar em seu carro. Ele acreditava que minha mão negra está suja". (Adulto Africano-Suécia)

"Uma mulher branca se recusou a ser atendida por mim, ela não gosta de negros. Então, para evitar conflitos, meu chefe me mudou para outra posição" (homem afro-sueco)

"O emprego, mesmo que ele tenha um nível mais alto de educação e experiência, eles colocam meu genro em uma posição inferior, não correspondente à sua capacidade." (Homens afro-suecos, pai e filho)

"Na clínica, eles não deram atendimento médico para minha filha, a atendente me deu dipirona, ela ignorou a emergência e minha exasperação. No dia seguinte minha menina estava terrível, febre muito mais alta, voltei chamando um médico para examinar minha filha... ela tinha pneumonia, poderia ter morrido sem atenção e a medicação correta. Eu tive que lutar por isso" (Afro-Suécia, mulher)

"Na escola, uma nova trabalhadora, uma mulher branca, me disse diretamente: 'Eu não gosto de você, eu não gosto de pessoas negras'. Tive que falar com o diretor, mas ele me suspendeu por uma semana, 'para relaxar'. Ele não a suspendeu para pensar na atitude dela, fui eu que tive que ficar fora da escola por uma semana" (Afro-Suécia, mulher, professora).

A abordagem da eugenia é predominante em todos os discursos. Além disso, durante meu período de pesquisa, observei situações de exclusão e discriminação de estudantes africanos em eventos sociais e religiosos. E um ataque contra um velho afro-sueco, que foi jogado nos trilhos do trem por uma mulher branca. Quando foi presa, em sua defesa usou o argumento: "mas ele é negro".

Violência baseada na supremacia racial A violência em geral é invisível e negada nas políticas multiculturais, enquanto a narrativa que criminaliza os migrantes não-brancos aumenta, e as entrevistas com membros da diáspora estão mostrando claramente o racismo da mesma forma que acontece em países não nórdicos.

As alteridades de negros e indígenas são definidas na eugenia como culturas, morais e de direitos inferiores. O racismo estigmatiza essas populações não europeias com base no mito dos preguiçosos, ignorantes, sujos e corruptos nativos indígenas ou afrodescendentes. Os afro-suecos são mais conscientes sobre o racismo diário, em comparação com os Sami. Seria devido ao fato de os afro-suecos terem sido a primeira, segunda ou terceira geração vivendo em um ambiente racista, enquanto os Sami foram historicamente discriminados por séculos e desenvolveram uma espécie de resiliência contra o racismo.

Jovens mulheres negras, crianças da primeira geração da diáspora africana podem identificar várias experiências de racismo explícito na Suécia:

"No shopping, paguei em dinheiro, e a caixa não me deu troco, ela me disse que não havia troco, mas havia, cinquenta euros. Então, como eu poderia provar que dei mais dinheiro para ela? Ela pegou meu dinheiro, mas ela é branca, é minha palavra contra a palavra dela. É uma situação muito frequente; aconteceu com todos nós". (Grupo focal de adolescentes do sexo feminino)

"Na rua, uma mulher foi agressiva tocando meu braço, eu pedi uma desculpa, esse é o comportamento normal na Suécia, uma desculpa. Mas ela chamou a polícia e me acusou de ser violento, de fazer o que ela fez contra mim. Aprendi que nunca serei reconhecida como vítima, não importa pedir polícia ou outro apoio, sempre serei a camada, o agressor, o ladrão" (jovem afro-sueca, estudante)

McEachrane (2014) identifica um novo racismo na Suécia, que incorpora um senso comum de "raciologia" – reflexão e governo – acentuando a cultura e não a política. Como a Suécia é considerada uma sociedade não racista, o racismo nunca foi objeto de intervenção ou políticas governamentais.

No entanto, os resultados confirmam que as alteridades entre negros e indígenas têm sido percebidas e tratadas como tendo culturas, moral e capacidades intelectuais inferiores, e a política multicultural não é suficiente para alcançar a igualdade e os direitos reais como assumido no excepcionalismo e multiculturalismo suecos.

3.2 PAÍSES COLONIZADOS, BRASIL E MÉXICO, HISTÓRIAS ESPECÍFICAS E SOCIEDADES RACISTAS

Ambos, Brasil e México, experimentaram a escravidão e o genocídio de povos indígenas e africanos e seus descendentes.

O Brasil é um país colonizado caracterizado pela predominância das elites oligárquicas de proprietários de terras escravistas e pelo surgimento de uma elite mercantil e financeira urbana

enriquecida pelo tráfico humano de africanos e uma monocultura agrícola de exportação. (Ribeiro, 1976; Freire e Penna, 2001; Carvalho, 2003; Fernandes, 2008; Codato, 2015)

Golpes de Estado sequenciais levaram a regimes autoritários e ditaduras com apenas poucos anos de democracia, interrompidos rapidamente por outro golpe de Estado. Após uma ditadura militar de 1964 a 1988, houve três presidentes eleitos e outro golpe de Estado, lawfare e perseguição ao partido e candidatos removidos à força do poder, e uma restauração recente. (Missiato, 2011).

No Brasil, os povos indígenas eram cerca de três milhões de habitantes, que lutaram e resistiram. Em 2022 a população autodeclarada indígena diminuiu para 1,7 milhão (IBGE, 2023), 305 etnias falando 274 línguas diferentes (FUNAI, 2022).

O Brasil é o país que mais recebeu afrodescendentes, enquanto o México ficou em terceiro lugar no número de africanos escravizados na população – 500.000. O Brasil também foi o último país da América Latina a abolir a escravidão de africanos e seus descendentes, em 1888 (Ribeiro, 1976; Carvalho, 2003; Fernandes, 2008), enquanto no México a abolição ocorreu mais de 70 anos antes, durante as guerras de independência.

3.2.1 Os indígenas no Brasil

No Brasil, Salvador é a cidade com a maior diáspora africana (826.000) (IBGE, 2022). A partir de 2003, o Brasil regulamentou e implementou leis e políticas antirracistas e inclusivas, como cotas em universidades e serviços públicos (Silva Filho, 2008). No entanto, existem desafios sobre o racismo não construído dentro de escolas, universidades e outros espaços públicos.

As entrevistas mostram que, assumindo a identidade indígena e afro e a inclusão em novos espaços, revela velhos e novos conflitos e assédios em espaços públicos e privados.

Entrevistas com estudantes indígenas no Brasil reforçam a necessidade de construção de ambientes antirracistas dentro dos espaços públicos onde eles estão começando a participar. O primeiro desafio é a necessidade do reconhecimento não indígena do direito dos indígenas de se autodeclararem livremente e de acessarem as atividades cotidianas na universidade em igualdade de condições.

"Na escola, eu me sentia como se estivesse no lixo, sofri tanto, não é pouca coisa se sentir sozinho. As pessoas falam: 'Ah, você é um ator intercultural indígena, que foi o primeiro grupo lá' (na Universidade). Comecei a me sentir bem-vindo. Mas essas questões não estavam nos debates. Há uma fratura aí."

"Quando entramos na política de ação afirmativa, é nosso dever falar sobre de onde viemos, por que estou aqui, certo? Quando me apresentei, fiquei muito assustada, porque perguntaram: 'O que ela está fazendo aqui?' No Brasil, as pessoas só se identificam como índios que vivem na Amazônia, não no Nordeste. Eles acham que a gente não existe no Nordeste. E então eles falaram nas entrelinhas, como se não fosse o lugar para mim ... como a lei não é para mim. Eles decidem se um indígena é indígena ou não. Isso me marcou profundamente. Esse racismo estrutural está em todos eles. Isso é doloroso para mim."

"Você começa a sentir discriminação e racismo quando está fora do seu grupo, deixando sua comunidade indígena. Na Universidade, quando me identifico como indígena, as pessoas



dizem que não pareço índio. Na cidade, na igreja, muitas vezes dizem o mesmo... Por que as pessoas pensam que sabem mais do que eu sei sobre minha origem?" (Jovem estudando Psicologia)

"Existe racismo, até no turismo, no comércio, né? Minha mãe e eu vendíamos artesanato. Se eu me apresentei como indígena, eles dizem que sou apenas um descendente, não indígena. Como tantas pessoas questionaram isso. Então, parei de me explicar. (Jovem)"

3.2.2 Afro-brasileiros

Os adolescentes negros que ingressam na universidade por cotas passam a participar de movimentos negros e assumem a identidade afrodescendente, símbolos culturais da cultura africana, mudanças que criam novos conflitos com seus familiares, que apenas aspiravam à ascensão social de seus filhos ingressarem na universidade, mas não esperavam mudanças identitárias em seus filhos.

Portanto, o novo desafio para as políticas inclusivas é como universalizar as políticas antirracistas entre a população, particularmente os mais pobres e, ao mesmo tempo, promover reações antirracistas ao interagir com esses novos grupos em espaços nunca antes ocupados por eles.

Aqueles que assumem sua identidade afro sofrem bullying por se expressarem, agirem, usarem o penteado como símbolo do afrodescendente, desde a família até os bairros, escolas e espaços públicos. Preconceitos, medo, agressões no trabalho, nos sistemas de saúde, na família e no confronto com as forças de segurança são uma norma no Brasil, mesmo para jovens incluídos na universidade por meio de cotas.

Sofrem discriminação em seus locais de residência e têm conflitos com ascendentes familiares, para os quais a cultura racista não mudou, e sofrem humilhações por assumirem sua identidade afrodescendente. Isso acontece mesmo em comunidades onde a população afrodescendente é majoritária.

No entanto, alguns afrodescendentes que vivem nos bairros mais pobres têm falta de consciência sobre a necessidade de uma luta política antirracista.

Durante entrevista com um homem adulto, jardineiro foi possível observar como ele relatou duas situações bobas de racismo, e uma foi interpretada como uma "brincadeira", o que é muito comum entre os brasileiros, para transformar sofrimento, preconceitos, xenofobia, misoginia, racismo e todo tipo de discriminação em piadas ou para reverter interpretações de realidades contra as vítimas, rindo e intimidando.

As pessoas resistem a falar sobre racismo na família. ... É mais fácil falar na rua, nas lojas. Mas a escola é o segundo lugar mais difícil de falar sobre isso, seguida pela família, onde as pessoas nunca discutem racismo. Contraditoriamente, um tópico frequente nas entrevistas foi o namoro inter-racial e o racismo na família.

"Meu pai é negro, minha mãe é branca. Eu tenho uma pele escura e meu irmão é branco. Certa vez, ele estava ajudando meu pai no trabalho quando alguém perguntou ao meu irmão se ele era filho do meu pai, e ele respondeu brincando: 'Eu?! Um branco como eu não poderia ser



filho daquele negro'. Meu pai não gostou, eles brigaram e depois meu irmão se desculpou, mas meu pai não o perdoou, e até hoje eles não se dão bem. Acho que meu pai está sendo racista por não perdoar seu próprio filho!" (Guarda de segurança. Camaçari-BA)

"Minha avó é branca, ela me criou, eu moro com ela, ela sempre tira sarro de mim pelo meu cabelo. Mas eu não me importo, ela é racista, ela admite, eu não me importo, eu deixo pra lá, eu moro na casa dela". (Jovem comerciante. Rio)

"Eu estava namorando um cara branco, e a mãe dele odiava que eu estivesse namorando ele, eu não era boa o suficiente para o filho dela por causa da cor da minha pele. Um dia, ela me acusou de ter roubado pratos de sua casa. A pior dor foi que meu namorado acreditou nela. Bem, meu relacionamento acabou e depois ela descobriu que sua filha mais velha, que chegou da Europa, havia roubado seus pratos. (Jovem negra, enfermeira, Rio).

Afeto e piadas são usados para justificar expressões racistas: "Cabelo de Bombril", que significa "cabelo feito com lã de aço", mas em geral as pessoas percebem isso como brincadeira.

"Eu conheci um bandido pelo rosto da pessoa (rosto de bandido)" (Homem branco, médico, Camaçari, Bahia).

"Você acha que os negros são mais agressivos do que os brancos?" "Sim, desde que o mundo existe, sabemos que os negros estão com raiva por causa da escravidão e assim por diante. Então, eles querem descontar em tudo o que veem pela frente, incluindo nós, brancos, como se fôssemos responsáveis por todo o sofrimento deles. Essa coisa de transferir a culpa só mostra que, de certa forma, somos superiores a eles ... Olha, não confunda isso com racismo. Eu não sou racista!" (Homem branco, Coordenador do Serviço de Saúde, Camaçari, Bahia)

"A maioria da população que se volta para o crime é negra, então não tinha que haver racismo, se essa é a condição que eles escolheram, uma maneira de viver. Homem branco, médico no hospital"

Negar a cor da pele e a ancestralidade africana é indispensável para aspirar e alcançar a mobilidade social. Todas as mulheres negras entrevistadas tiveram a experiência de terem sido forçadas por suas mães, desde crianças pequenas, a usar produtos químicos para mudar o cabelo, para serem aceitas socialmente.

"Meu professor me disse para usar um penteado negro para uma competição, meu amigo fez, eu me senti tão bonita... Mas quando saí de casa, todas as pessoas na rua estavam rindo do meu cabelo... todo mundo, eu estava tão humilhado, em público, na minha pequena cidade... Nunca mais usei". (jovem, estudante universitária).

"Com muito esforço, coloquei minha filha em uma escola particular. Eu só não sabia que ela sofreria tanto... Um dia, a professora ordenou que minha filha de 10 anos limpasse o chão da sala de aula. (Mulher negra, enfermeira).

A orientação eugênica é mais evidente quando se fala em violência, relacionada aos afrodescendentes. As forças de segurança, a polícia, os meios de comunicação e os cidadãos em geral tratam os afrodescendentes como uma ameaça de agressão e crime.

A polícia e outros sistemas privados de vigilância e punição, costumam prender afrodescendentes em supermercados e shopping centers, suspeitando que tenham cometido algum crime. Funcionários como guardas em comércio, supermercados, shopping centers, recebem

treinamento para agir de acordo com as diretrizes racistas, aplicando violência, espancamentos e até assassinatos, acusando as vítimas de roubo e violência.

O encarceramento e a violência policial são mais frequentes entre os homens negros, que são a maioria das pessoas presas. Redes sociais e mídia, TV, filmes, videogames, futebol, reproduzem racismo explícito diariamente.

Em conclusão, a hipótese da Democracia Racial não é apenas inexistente, mas também uma desculpa para perpetuar o racismo em sua forma explícita, em um processo contínuo de alienação social e individual.

3.3 MÉXICO

A colonização do México começou com uma guerra de 52 anos contra o Império Espanhol, até a derrota do império asteca que foi dizimado pela guerra, conflitos entre o trabalho forçado espanhol e a escravidão e a destruição da infraestrutura, estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade indígena, bem como epidemias. O censo de afluentes de 1574 relatou cerca de dois milhões de contribuintes, correspondendo a 8 a 10 milhões de indígenas na Mesoamérica). (Livi-Bacci, 2006).

Os indígenas participaram ativamente das guerras pela independência e da Revolução Mexicana em 1910, resultando na reforma agrária, na terra coletiva, nos direitos indígenas e na constituição que permanece em vigor até hoje. No entanto, as ocupações de terras indígenas para mineração e outros projetos de desenvolvimento reviveram até hoje. (del Val, 2010; León-Portilla, 2010; Ávila e Salmerón, 2015)

3.3.1 Indígenas no México

Hoje os povos autodeclarados indígenas representam 19% da população, ou vinte e três milhões de habitantes, e 7 milhões deles falam uma das sessenta e oito línguas indígenas (INEGI, 2020).

O racismo está presente nas relações com os não indígenas, particularmente na cidade, onde eles são minoria.

"Eles são indígenas porque falam suas próprias línguas. Mas existe racismo. Então, na cidade eles não dizem mais nada, nem falam na língua deles, então, as pessoas não sabem o que estão dizendo. E quando eles respondem na língua indígena, ficam mais zangados."

"Quando eu fiz mestrado, tinha um professor que estava sempre agindo de forma depreciativa comigo, porque eu tinha saído de um programa de mulheres indígenas, ele dizia: 'Ah, você sempre faz o papel de vítima'. Ele não me apoiou, mesmo sendo meu orientador de tese."

"Cheguei a ocupar um cargo de decisão, porém, não havia reconhecimento do meu trabalho, porque eu era indígena, jovem, baixinha, não tinha companheiro... Eu estava trabalhando em Justiça e Diálogo, e as pessoas me tratavam como 'então, o que ela é capaz de mediar'? O que ela sabe? Cheguei a pensar em renunciar porque era muito pesado, não reconhecido."



3.3.2 Afro-mexicanos

No México, em 2020, havia mais de 2 milhões de pessoas que se identificaram como afrodescendentes, representando 2% da população total. Os afro-mexicanos estão concentrados em pequenas aldeias em alguns estados, como na Costa Chica do Estado de Guerrero, . Nessas comunidades, eles estão integrados às comunidades indígenas, e sua cultura é valorizada e apreciada pela maioria das populações. Os afro-mexicanos foram negados como parte da população, e somente em 2020, pela primeira vez, os censos perguntaram sobre afrodescendentes no México, gerando fortes reações racistas em uma parte da sociedade, que prefere continuar sendo considerada apenas por sua ancestralidade indígena e europeia.

"Na escola primária, professores e alunos brancos me rejeitaram. Era uma escola pública de prestígio. Os professores acreditavam que eu não poderia estar entre os bons. Eles disseram: como? Por que ela tira um dez? Os professores eram brancos. 'Não, ... Você estava olhando de perto e copiou o exame. Certamente você estava copiando isso, certamente. Então, eles (professores) me separaram. Eles me separaram, eu não entendi, eu estava no primeiro ano."

De repente, eles me mudaram para a segunda série. E eles (alunos brancos) foram para a terceira série. Não importava se eu estudava ou não, então saí da escola, porque não gostava do que me diziam, para mim era uma agressão. Bem, eu não queria mais ir à escola.

"Ela teve que fazer outro mestrado, mas eles a fizeram duvidar de sua capacidade. Porque ela era negra e, sim, porque ela era uma mulher, ela sentia isso. Isso ainda está lá, mesmo depois de ter feito o mestrado ... como levar essa rejeição para....

Os afro-mexicanos relatam experiências de racismo em sua infância.

"Na escola, todo mundo estava me intimidando por causa da cor da minha pele. Eles disseram que são melhores do que nós, porque são brancos e nós somos escuros. Eu me senti incrivelmente mal, voltei para casa na minha aldeia. Eu tinha vergonha, não queria mais ir à escola. Porque todos os dias meus colegas zombavam de mim. Você sabe que todo mundo ri, todos riram de mim.

O professor não diz nada a ele. Ela apenas disse a ele para calar a boca. Então eles continuaram rindo. No dia seguinte, ele continuou. Mas nós o espancamos porque eles estavam contra mim. Acabei de bater no garoto e ele mandou a mãe para a escola.

O grupo me insultou por causa dele. Ele não insultou, mas eles gritaram coisas comigo. Eu deveria deixar aquela escola porque todos os dias eu tinha essa zombaria. Por quanto tempo mais? Assim que a aula começou, eles já estavam lá, para jogar papéis (em mim) ... e eu estava a ponto de bater nele porque estava cansado."

"Eu não quero estar na escola, eu realmente não queria ir para a aula pelo mesmo motivo, porque eles disseram coisas feias para mim. Eu falhei, não fui, por causa do bullying. Eles ficaram lá. Eu não fui, perdi, por isso falhei."

"O nome feio, eu tentei na primeira e na segunda vez. Mas meu coração havia saído de lá. Já estou cansado. Eu não fico com raiva porque sou negro. Eu não penso nisso. Não mais. Eu nem presto atenção nisso.

4 DISCUSSÃO

4.1 RACISMO INTERGERACIONAL EM FAMÍLIAS INTER-RACIAIS

Um país da Europa imperial e colonial como a Suécia, baseado em sua cultura de igualitarismo e bem-estar universal, mostra padrões de negação, ilusão e defensividade, ligados à história e à memória do nazismo, o legado que leva a políticas multiculturais. Um processo de amnésia ou alienação promove um "esquecimento ativo", uma negação política, social e psicológica do passado imperial, da colonização e da correspondente eugenia e racismo.

A grande negação do racismo leva a uma autoilusão coletiva de que a raça é irrelevante, que o racismo não existe. É por isso que a Suécia não tem leis ou dados sobre afrodescendentes ou indígenas. O que você não pode ver ou medir não existe. Embora existam alguns casamentos inter-raciais, é raro e pode gerar conflitos dentro das famílias e em espaços públicos. (meu amigo com um filho casado com uma mulher africana)

Em países colonizados como o Brasil, a sociedade forja uma identidade "branca" por meio do casamento inter-racial, no entanto, o racismo é explícito e violento até mesmo dentro da família, mesmo entre pais e filhos. Uma mãe branca e seu filho mestiço que nega seu pai negro são um exemplo. Outro exemplo é um menino pardo com um irmão negro, a avó o trata com uma atitude racista.

No México, as crianças mestiças afrodescendentes sofrem o mesmo tipo de racismo nos espaços públicos, mas parece estar mais protegido dentro de sua família.

O casamento inter-racial reproduz a submissão e a humilhação dos negros nos membros da família entre gerações, a negação de crianças com pele mais escura e cabelos mais cacheados.

O racismo opera nos três países com violência, na forma de ironias ou agressões orais (filho nega pai, outro menino pede à mãe que não convide negros para sua festa de aniversário).

4.2 COMO O RACISMO É REPRODUZIDO NA SOCIEDADE E NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

O racismo na Suécia é ocultado através dos conceitos de multiculturalismo e excepcionalismo migratório, embora o racismo se manifeste através de atitudes de isolamento e segregação de africanos e indígenas desde a infância, principalmente na escola e nos espaços públicos. O racismo é oficialmente negado, embora exista. Não há políticas afirmativas, apenas uma política multicultural baseada em valores igualitários que não importam para os sami e afro-suecos.

No Brasil é explícito, com atitudes violentas e muitas vezes escondidas em forma de piadas que não são percebidas como racismo, em todas as áreas e espaços, incluindo a família e amigos, em todos os espaços públicos e privados. É o contexto mais difícil de falar sobre racismo. As políticas afirmativas incluem negros e indígenas na universidade e na classe média, no entanto, não é suficiente, uma vez que o racismo é estrutural e reproduzido mesmo na presença de mobilidade social.



No México, o racismo se esconde atrás de piadas e apelidos, e também segrega indígenas e afrodescendentes desde a infância, na escola e nos espaços públicos. O México aplicou políticas de integração para os indígenas, mas não para os afro-mexicanos, nunca reconhecidos como parte da população até 2015. Mesmo com as políticas de integração, os indígenas são discriminados na escola e em outras posições sociais, principalmente devido à sua língua, roupas e comportamentos.

A perpetuação do colonialismo reproduz o racismo estrutural por meio da ocupação de terras pela força nos três países. Os estados nacionais forçam o deslocamento indígena de suas terras para promover empresas de mineração de antigos países colonizadores.

A perpetuação da eugenia também é comum nos três países com a mesma inferiorização de indígenas e afrodescendentes: criminalização de afrodescendentes e um novo legado para exercer violência explícita contra africanos e afrodescendentes. As legitimações da eugenia justificam a ocupação da terra.

O racismo estrutural perpetua a violência e o branqueamento do bullying e entre gerações na escola e nas universidades, em todos os espaços públicos e, no Brasil, também entre os familiares, produzindo exaustão psicológica, autoexclusão e, conseqüentemente, um nível e qualidade de educação inferiores para indígenas, africanos e afrodescendentes.

As políticas afirmativas devem desenvolver novas estratégias contra o colonialismo, o racismo estrutural e a perpetuação da eugenia.

As políticas multiculturais devem incluir uma abordagem antirracismo, bem como medidas para torná-lo visível (o que você não nomeia, não existe) e ser eficaz.

O racismo estrutural contra afrodescendentes está presente em famílias multirraciais no Brasil. Ações especiais são necessárias para mitigar não apenas a "democracia racial", mas principalmente as "aspirações de branqueamento" no imaginário coletivo.

Colonização e escravização de povos indígenas e africanos e seus descendentes em ambos os países nos últimos séculos e, como resultado, até hoje existem desigualdades sociais, discriminação e racismo.



REFERÊNCIAS

ANSLEY, F. L. White Supremacy (And What We Should Do about It). In: DELGADO, R.; STEFANCIC, J. (Eds.). *Critical White Studies: Looking Behind the Mirror*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1997. p. 592–655.

ASHE, S. D.; MCGEEVER, B. Marxism, racism and the construction of ‘race’ as a social and political relation: an interview with Professor Robert Miles. *Ethnic and Racial Studies*, v. 34, n. 12, p. 2009–2026, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2011.595808>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ÁVILA, F. A.; SALMERÓN, P. *Historia breve de la Revolución Mexicana*. México: Secretaría de Educación Pública, Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, Siglo Veintiuno Editores, 2015.

AXELSSON, P. In the National Registry, all people are equal': Sami in Swedish statistical sources. In: LARSSON, R. et al. (Eds.). *Indigenous peoples and demography: the complex relation between identity and statistics*. Oxford & New York: Berghahn Books, 2011. p. 117–133.

BRÄNNLUND, I.; AXELSSON, P. Reindeer management during the colonization of Sami lands: A long-term perspective of vulnerability and adaptation strategies. *Global Environmental Change*, v. 21, n. 3, p. 1095–1105, 2011.

CARVALHO, J. M. *Os Bestializados—O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CODATO, A. Estado Novo no Brasil: Um Estudo da Dinâmica das Elites Políticas Regionais em Contexto Autoritário. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 2, 2015.

COLE, M. *Racism: A Critical Analysis*. Pluto Press, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctt18gzdjg>. Acesso em: 14 jan. 2025.

COLE, M. A Marxist critique of Sean Walton’s defence of the Critical Race Theory concept of ‘White supremacy’ as explaining all forms of racism, and some comments on Critical Race Theory, Black Radical and socialist futures. *Power and Education*, v. 12, n. 1, p. 95–109, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1757743819871318>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DE LEEUW, S.; CAMERON, E.; GREENWOOD, M. Participatory and community-based research, Indigenous geographies, and the spaces of friendship: A critical engagement. *Canadian Geographer*, v. 56, p. 180–194, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1541-0064.2012.00434.x>. Acesso em: 14 jan. 2025.

DEL VAL, J. M. Los pueblos indios en la historia nacional, 1810–1910–2010. In: LEÓN-PORTILLA, A.; MAYER, A. (Eds.). *Los indígenas en la independencia y en la Revolución mexicana*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia - INAH, UNAM-IIH, 2010.

COLE, D. *The Skin We’re In: A Year of Resistance and Power*. New York: Doubleday, 2020.

DRUGGE, A.-L. How can we do it right? Ethical uncertainty in Swedish Sami research. *Journal of Academic Ethics*, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10805-016-9265-7>. Acesso em: 14 jan. 2025.



EMILSSON, H. Continuity or Change? The Impact of the Refugee Crisis on Swedish Political Parties' Migration Policy Preferences. In: FINGERLE, M.; WINK, R. (Eds.). *Forced Migration and Resilience: Conceptual Issues and Empirical Results*. Wiesbaden: Springer, 2019. p. 99–121.

FANON, F. *Black Skins, White Masks*. Edited by C. L. Markman. New York: 1968.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: O legado da “raça branca”*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREIRE, A.; PENNA, L. *Primeira República: Os Estados Unidos do Brasil*. In: PEREIRA, P. R. (Ed.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Nova Fronteira, 2001. p. 285–296.

FUNAI. *Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias*. Funai, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias>. Acesso em: 14 jan. 2025.

IBGE. *Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal*. Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 14 jan. 2025.

INEGI. *Descubre las personas de tu país*. INEGI, 2020. Disponível em: <https://beta.cuentame.inegi.org.mx/explora/default.html#poblacion>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LAST, J. *Church of Sweden apologizes, embarks on reconciliation with Indigenous Sámi people*. CBC News, 2021. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/church-of-sweden-sami-indigenous-1.6263595>. Acesso em: 14 jan. 2025.

LEÓN-PORTILLA, M. *Los pueblos originarios en la guerra de Independência y en la revolución de 1910*. In: LEÓN-PORTILLA, A.; MAYER, A. (Eds.). *Los indígenas en la independencia y en la Revolución mexicana*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia - INAH, UNAM-IIH, 2010.

LIVI-BACCI, M. *The Depopulation of Hispanic America after the Conquest*. *Population and Development Review*, v. 32, n. 2, p. 199–232, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20058872>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MARKKOLA, P. *The long history of Lutheranism in Scandinavia. From state religion to the people's church*. *Perichoresis*, v. 13, n. 2, p. 3–15, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/perc-2015-0007>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MCEACHRANE, M. *Afro-Nordic landscapes: Equality and race in Northern Europe*. Routledge, 2014.

MACPHERSON, L. *The Stephen Lawrence Inquiry (Independent report, Ref: Cm. 4262)*. London: Stationery Office, 1999. Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a7c2af540f0b645ba3c7202/4262.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MIGRATIONSVERKET. *Residence permit for children: Children born in Sweden*. Migrationsverket, 2024. Disponível em: <https://www.migrationsverket.se/English/Private-individuals/Moving-to-someone-in-Sweden/Residence-permit-for-children/Children-born-in-Sweden.html>. Acesso em: 14 jan. 2025.



NELSON, R. H. Lutheranism and the Nordic spirit of social democracy: A different Protestant ethic. Aarhus University Press, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv62hgm7>. Acesso em: 14 jan. 2025.

GILL, P.; BAILLIE, J. Interviews and focus groups in qualitative research: An update for the digital age. *British Dental Journal*, v. 225, p. 668–672, 2018.

RIBEIRO, D. Tipología política latinoamericana. El fascismo en América. *Nueva Política*, v. 1, p. 85–106, 1976.

SHAW, I. J. Presbyterians in Britain and Europe. In: SMITH, G. S.; KEMENY, P. C. (Eds.). *The Oxford handbook of Presbyterianism*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 116–139. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190608392.013.12>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SPEKTOROWSKI, A.; MIZRACHI, E. Eugenics and the welfare state in Sweden: The politics of social margins and the idea of a productive society. *Journal of Contemporary History*, v. 39, n. 3, p. 333–352, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3180732>. Acesso em: 14 jan. 2025.

STATISTA. Sweden: Number of African immigrants by country of birth. Statista, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/525889/sweden-number-of-african-immigrants-by-country-of-birth/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ASHE, S. D.; MCGEEVER, B. Marxism, racism and the construction of ‘race’ as a social and political relation: An interview with Professor Robert Miles. *Ethnic and Racial Studies*, v. 34, n. 12, p. 2009–2026, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2011.595808>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SWEDEN GOVERNMENT. Sweden and migration: Sweden has a long history of migration. *Sweden.se*, 2024. Disponível em: <https://sweden.se/migration/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TOMSOM, D. L. The rise of Sweden Democrats: Islam, populism, and the end of Swedish exceptionalism. Brookings, 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-rise-of-sweden-democrats-and-the-end-of-swedish-exceptionalism/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TYNAN, L.; BISHOP, M. Decolonizing the literature review: A relational approach. *Qualitative Inquiry*, v. 29, n. 3–4, p. 498–508, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10778004221101594>. Acesso em: 14 jan. 2025.

WALTON, S. Why the critical race theory concept of ‘White supremacy’ should not be dismissed by neo-Marxists: Lessons from contemporary Black radicalism. *Power and Education*, v. 12, n. 1, p. 78–94, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1757743819871316>. Acesso em: 14 jan. 2025.

WEINSTOCK, J. Assimilation of the Sámi: Its unforeseen effects on the majority populations of Scandinavia. *Scandinavian Studies*, v. 85, n. 4, p. 411–430, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5406/scanstud.85.4.0411>. Acesso em: 14 jan. 2025.

WIDÉN, P. National museums in Sweden: A history of denied empire and a neutral state. In: ARONSSON, P.; ELGENIUS, G. (Eds.). *Building national museums in Europe 1750–2010*. Linköping: Linköping University Electronic Press, 2011. Disponível em: http://www.ep.liu.se/ecp_home/index.en.aspx?issue=064. Acesso em: 14 jan. 2025.

YOUNG, T. K.; BJERREGAARD, P. Towards estimating the Indigenous population in circumpolar regions. *International Journal of Circumpolar Health*, v. 78, n. 1, p. 1653749, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/22423982.2019.1653749>. Acesso em: 14 jan. 2025.